

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA - 1999



1290000521



TCC/UNICAMP St75a



MONOGRAFIA

A ABERTURA COMERCIAL BRASILEIRA E OS IMPACTOS NO MERCADO DE TRABALHO

ALUNO: THAÍS MARTELLA STORTI

ORIENTADOR: PROFESSOR MÁRCIO POCHMANN

**TCC/UNICAMP
St75a
IE/521**

CEDOC/IE

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1.0 COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO	5
1.1 Teorias Clássicas do Comércio Internacionall	
1.2 Origens do Debate Moderno Sobre Comércio e Desenvolvimento	
1.3 Teorias Neoclássicas do Comércio Internacional	
CAPÍTULO 2.0 A INSERÇÃO EXTERNA DO BRASIL NA DÉCADA DE 1990..	16
2.1 A Evolução do Processo de Abertura Comercial no Brasil	
2.2 O debate acerca do Processo de Abertura	
CAPÍTULO 3 O IMPACTO DA ABERTURA COMERCIAL NO SETOR MANUFATUREIRO - IMPLICAÇÕES SOBRE O MERCADO DE TRABALHO ...	30
3.1 A Evolução das Exportações e Importações da Indústria Manufatureira	
3.2 Implicações Sobre o Mercado de Trabalho	
CONCLUSÕES	40
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	44

Introdução

Até o final da década de 1980 o Brasil vinha adotando mecanismos protecionistas, apresentando baixo grau de exposição à concorrência internacional. Os gestores da política econômica contavam com amplos mecanismos no controle do comércio externo brasileiro entre os quais podemos destacar: (i) tarifas especiais e "ad valorem", (ii) taxa de câmbio, (iii) controles quantitativos como quotas de importação, licenciamentos, depósitos prévios e (iv) programas de importação por empresa.

Esse ambiente protecionista foi reforçado com a crise da dívida externa que explodiu em 1982. A necessidade de saldar os compromissos externos fez com que o Brasil firmasse um acordo com o FMI em 1983, através do qual o país se comprometeria a financiar o serviço da dívida com a geração de megasuperávits comerciais. Dessa forma, o reforço de medidas protecionistas se tornavam cruciais neste período para garantir os ganhos com o comércio externo e cumprir as metas exigidas pelo acordo internacional.

No entanto o processo de globalização que aflorava no mundo não tardaria em desviar o rumo que a economia brasileira vinha tomando. O país passa a seguir tendências neoliberais que já dominavam entre as economias hegemônicas desde a década de 1970.

Entre as principais mudanças ocorridas no país destaca-se o processo gradual de abertura comercial, iniciado em 1988 e deslanchado à partir de 1990. O primeiro ano da década de 1990 se caracterizou pela implantação de um novo modelo econômico com a posse do Governo Collor. Através da extinção da maior parte das barreiras não-tarifárias e da definição de um cronograma de redução das tarifas de importação¹, este novo modelo acabou definindo novas

¹ Entre as barreiras não-tarifárias, foram eliminadas a obrigatoriedade de elaboração de programas de importações por empresas, a proibição de aquisição externa de cerca de 1.200 produtos, a exigência de anuência prévia de órgãos da administração federal para a importação de produtos específicos e o requisito de financiamento externo para importações de bens de capital beneficiados com redução para zero nas alíquotas do imposto de importação.

diretrizes para a política industrial e de comércio exterior, consolidando o processo de abertura comercial no país.

A expectativa de tais medidas era que a exposição a concorrência internacional resultasse num processo de modernização da economia. A abertura de espaço aos produtos importados obrigaria a indústria nacional a investir maciçamente para se tornar competitiva a nível internacional, o que geraria ganhos de eficiência a economia brasileira. Além disso, a entrada de produtos importados no país pressionaria os preços internos para baixo, o que tornaria a abertura comercial uma das principais armas ao combate a inflação, uma das principais metas das medidas econômicas adotadas na década de 1980.

Se, por um lado, a corrente neo liberal defende a tese de que a abertura comercial traria ganhos de eficiência à economia, por outro lado, observou-se no período um grande crescimento do desemprego no país à medida que se avançava o processo de liberalização. Segundo estudos realizados pelo economista Marcio Pochmann, desde o primeiro ano do governo de José Sarney até o final do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, o total de empregos na indústria nacional caiu de 4,2 milhões para 2,4 milhões, resultando numa queda de 43%².

Seria um grande equívoco responsabilizar apenas a abertura comercial pela acentuada queda no nível de emprego que a indústria brasileira vem sofrendo. Existe um conjunto de fatores que inegavelmente afetam diretamente o mercado de trabalho, entre eles as mudanças na conduta da política econômica; o progresso técnico (que substitui mão-de-obra por máquinas); e, sobretudo, a estagnação da economia. No entanto, dado a abrangência do tema, este trabalho se concentra apenas na questão da abertura comercial e seus reflexos na ocupação de trabalho.

O procedimento adotado é o seguinte: toma-se como base a redução das barreiras ao comércio internacional como forma de se analisar o impacto da

² Folha de São Paulo, 8 de março de 1999.

abertura comercial em relação ao mercado de trabalho; assumindo que as importações são complementares e suplementares a produção doméstica, obtêm-se o impacto da abertura comercial sobre a produção industrial doméstica; finalmente, com base num modelo teórico³ para o mercado de trabalho brasileiro, analisa-se como as mudanças na produção industrial causadas pela abertura produz impacto sobre o nível e a estrutura de emprego industrial.

O trabalho encontra-se organizado em três capítulos. O primeiro capítulo trata das teorias acerca do comércio internacional. Nesta seção inicia-se a discussão através da visão de autores clássicos como Ricardo e Smith sobre o papel do comércio no desenvolvimento. Num segundo momento discute-se a origem do debate moderno sobre comércio e desenvolvimento, ressaltando a visão da Cepal. Posteriormente, apresenta-se as teorias neoclássicas do comércio internacional, identificando suas falhas teóricas e questionando a validade de suas suposições.

O segundo capítulo relata a inserção do Brasil no comércio externo na década de 1990. Apresenta-se, inicialmente, a evolução do processo de abertura comercial ocorrido no Brasil, partindo da transição do modelo protecionista – que caracterizou o país desde o pós guerra até a década de 1980 – para o modelo de uma economia aberta. Num segundo momento apresenta-se o debate acerca do modelo de abertura comercial adotado no país nesta década. Esta parte do trabalho apresenta a visão favorável ao modelo adotado, baseado na sobrevalorização do câmbio e taxas de juros elevadas. Por outro lado, discute a visão opositora, ressaltando as críticas de Coutinho e Belluzo quanto ao processo de liberalização comercial adotado no país na primeira metade desta década.

³ Modelos de Geração de Emprego Aplicados à Economia Brasileira, elaborado por Sheila Najberg e Solange Paiva Vieira.

O terceiro capítulo parte da identificação dos principais setores demandantes de emprego na indústria brasileira. Posteriormente analisa a evolução de tais setores no decorrer do processo de abertura, identificando o desempenho destes no saldo da Balança Comercial. O objetivo aqui foi identificar a evolução das importações e exportações na indústria brasileira à medida que se avançava o processo de liberalização comercial. Por fim, procurou-se relacionar o desempenho da cadeia industrial no comércio externo com seu nível de valor agregado, bem como as implicações sobre o mercado de trabalho.

Capítulo 1 - Comércio e desenvolvimento

1.1 Teorias clássicas do comércio internacional

O papel que o comércio externo exerce no desenvolvimento econômico consiste em um debate antigo, surgido com as teorias clássicas do século XVIII e que se consolida com grande destaque até os dias de hoje. Sobre contextos internacionais diversos, as perspectivas com relação ao comércio externo sofreram significativas variações ao longo dos períodos.

Um dos principais teóricos que surge em defesa do livre comércio é Adam Smith. Em sua obra “A Riqueza das Nações” (1776) Smith opõem-se claramente ao mercantilismo e ao aparato de privilégios e proteção estatal.

Sua base teórica foi construída num período em que o antigo sistema mercantil, baseado na aliança entre capital comercial e Estados Nacionais, apontava claros sinais de esgotamento, cedendo lugar a ascensão de um novo grupo econômico, a burguesia industrial. A crescente consolidação hegemônica do capital industrial ocorre à medida que a economia mundial se vê curvada diante dos progressos do que se denominou “Revolução Industrial”.

Neste contexto Smith argumentava que a riqueza das nações era determinada pela produtividade do trabalho, pois supunha uma função com rendimentos crescentes de escala. Isto quer dizer que a divisão do trabalho permitia a especialização de tarefas, gerando maior eficiência da produção e, portanto, maior produtividade. Dessa forma a expansão dos mercados consistia no fator determinante do aumento da produção, não apenas realocando os recursos já empregados, mas permitindo também o emprego de parcela dos recursos que ficaria ociosa na ausência do comércio externo.

“A partir dessas considerações, seguia-se que a divisão do trabalho era limitada pela extensão do mercado e que medidas que expandissem o mercado – seja geograficamente (i. e., através de melhorias em transportes e comunicações),

seja economicamente (i.e., através da remoção de restrições comércio) – eram de interesse geral.” (Barber, pág. 29).

Já no século XIX Ricardo também desenvolve uma teoria na linha de comércio e desenvolvimento. Este, assim como Smith, trata da defesa do livre comércio, apresentando, contudo, argumentos distintos.

Enquanto Smith defende a idéia de que o comércio externo é capaz de incorporar recursos ociosos no processo produtivo, a abordagem de Ricardo pressupõe que os recursos de um país já estão plenamente empregados, independente dele estar ou não inserido no comércio internacional. No entanto a abertura da economia alocaria os recursos de forma mais eficiente de maneira que parte dos fatores de produção antes destinados a produção de bens domésticos se deslocassem para a produção de bens de exportação.

Além disso, Ricardo introduz um argumento estranho à teoria de Smith: trata-se da produtividade marginal decrescente na agricultura. À medida que a demanda por bens agrícolas de um país cresce, os agentes econômicos se vêem obrigados a utilizarem terras menos férteis, com menor produtividade. Isto encarece o custo da produção pois aumenta-se a renda da terra e o salário real dos trabalhadores se mantém constante, ou seja, o salário nominal acompanha o aumento do preço dos alimentos. Esse processo resulta na diminuição da taxa de lucro, não apenas nas terras menos férteis, mas em todo complexo econômico já que, segundo o raciocínio, a taxa de lucro deve ser homogênea no conjunto da economia.

Dessa forma o comércio externo agiria no sentido oposto à tendência da queda da taxa de lucro, pois permitiria que a economia fosse abastecida por produtos agrícolas importados, evitando a utilização de terras menos férteis e, com isso, o aumento dos preços.

Com relação aos produtos industriais, o comércio internacional também produziria efeito extremamente benéfico. Ao contrário dos produtos agrícolas que possuem rendimentos marginais decrescentes, a produção de bens industriais

possui rendimentos marginais crescentes. Assim, a ampliação do mercado contribuiria para aumentar a produtividade na atividade industrial.

1.2 Origens do debate moderno sobre comércio e desenvolvimento

Observa-se, portanto, que desde o século XVIII com Smith e, posteriormente com Ricardo, a elaboração de teorias em defesa ao livre comércio foi essencial para justificar o desenvolvimento industrial. No entanto até a metade desta década as principais teorias se desenvolveram em torno dos problemas das economias desenvolvidas. A teoria econômica ortodoxa havia estabelecido a idéia da existência de apenas duas classes de ciência econômica, ou seja, uma em que se aplicava quando a economia se encontrava plenamente empregada e outra que admitia um grande desemprego de recursos humanos e materiais. Dessa forma o moderno debate acerca do desenvolvimento aponta para a necessidade de se formular uma teoria econômica aplicável a uma situação distinta daquela dos países desenvolvidos, ou seja, formular um novo instrumental para discutir o caso mais geral dos problemas dos países menos desenvolvidos.

Dessa forma a moderna teoria do desenvolvimento aflora ao fim da Segunda Guerra Mundial. Essa teoria, em oposição a teoria neoclássica, amplia o conceito de desenvolvimento econômico (considerado até então sinônimo de crescimento econômico) à medida que passa a discutir as particularidades do subdesenvolvimento. Segundo os economistas do desenvolvimento, os países subdesenvolvidos possuem características peculiares que fazem com que o instrumental da análise econômica tradicional, que foi formulada para estudar os problemas econômicos dos países desenvolvidos, não sejam adequadas para discuti-lo.

Outro aspecto que difere a economia do desenvolvimento das teorias clássica e neoclássica de crescimento econômico, relaciona-se a idéia difusionista. Isto porque a teoria do desenvolvimento contraria as teorias ortodoxas da idéia de que os mecanismos de mercado são suficientes para fazer o

desenvolvimento econômico fluir das regiões mais desenvolvidas para as menos desenvolvidas, ou seja, a idéia de que através do livre comércio os ganhos de produtividade são transferidos recíproca e cumulativamente pela economia internacional, beneficiando todos os países que compõem esse mercado mundial.

Nesse contexto, economistas como Reinaldo Gonçalves, Renato Baumann, Luiz Carlos Delorme Prado e Otaviano Canuto⁴ defendem a tese de que o debate moderno sobre comércio e desenvolvimento tem suas origens em duas matrizes principais: a tese de Prebisch-Singer⁵, sobre deterioração dos termos de troca, e a tese de Ragnar Nurkse⁶, que trata do comércio como motor de desenvolvimento.

A primeira foi elaborada por membros da Comissão Econômica para América Latina (Cepal)⁷ dando origem a uma abordagem que ficou conhecida como cepalina. Esta sustenta que há uma tendência estrutural de deterioração dos termos de troca entre países não desenvolvidos, ou seja, os exportadores de produtos primários, e os desenvolvidos, exportadores de manufaturados.

A abordagem cepalina baseia-se na crítica à teoria das Vantagens Comparativas defendida pelas teorias ortodoxas. Segundo essa teoria a especialização é vista como forma de aumentar a produtividade e, com isso a eficiência da economia. No entanto a Cepal sustenta que a especialização na exportação de produtos primários leva a formação de estruturas uma economia dual: um setor moderno exportador e um setor tradicional de baixa produtividade.

Além disso, tendo em vista que a mão-de-obra é elástica e a organização sindical pouco fortalecida nas economias periféricas, o aumento da produtividade resulta numa redução de preços e não numa elevação dos salários. Ao contrário, países centrais possuem estruturas produtivas homogêneas, ou seja,

⁴ O debate moderno sobre comércio e desenvolvimento, segundo estes autores, pode ser encontrado em "A Nova Economia Internacional" (1998).

⁵ "The Economic Problems of Latin American and its principal problems", Economic Commission for Latin American, 1949.

⁶ "Contrasting Trends in Nineteenth and Twentieth Century World Trade", Equilibrium and Growth in the World Economy, Cambridge, 1962.

⁷ Entre os intelectuais latino-americanos que trabalharam na CEPAL destacam-se Celso Furtado, Aníbal Pinto, Maria da Conceição Tavares e Oswaldo Sunkel.

o progresso técnico é difundido por toda a economia, fazendo com que o aumento da produtividade gere aumento de salários. Isto ocorre pelo fato desses países possuírem uma forte organização sindical e pelo fato da homogeneidade da economia não permitir oferta elástica de mão-de-obra a baixo preço.

Assim, segundo a visão cepalina, o caráter heterogêneo e especializado das economias periféricas resulta numa deterioração dos termos de troca. Esse ambiente comprova a situação desfavorável das economias periféricas na inserção do comércio mundial frente as economias centrais mediante as condições mencionadas.

Dessa forma a Cepal propõe que o desenvolvimento das economias subdesenvolvidas deva estar ligado a uma ampliação e diversificação da capacidade produtiva. Isso implica em concentrar esforços para a realização de uma industrialização planejada, baseada num processo de substituição de importações.

A segunda tese relacionada a moderna teoria do desenvolvimento questiona a posição do comércio como dinamizador do crescimento econômico. Esta teoria parte do princípio de que embora o comércio tenha sido um dos grandes propulsores do crescimento nos países capitalistas no século XIX, pode-se dizer que neste século ele perde tamanha importância. Isto acontece porque a economia internacional tinha como líder a Grã-Bretanha, país que demandava grande quantidade de alimentos e matérias-primas da Europa, Ásia e América. Assim, à medida que a Grã-Bretanha crescia, dinamizava as demais economias, impulsionando o comércio internacional.

No entanto, o século XX não contou com o mesmo efeito dinamizador do comércio devido a dois principais motivos. O primeiro motivo se deveu a transferência da hegemonia da Grã-Bretanha para os Estados Unidos, consolidada após a Segunda Guerra Mundial. Isto porque o dinamismo da economia americana não possuía o mesmo efeito propagador sobre o resto do mundo, já que os Estados Unidos, ao contrário da Grã-Bretanha, eram praticamente auto-suficientes na produção de alimentos e matérias-primas.

Um segundo motivo que explica a menor importância do comércio mundial no desenvolvimento das economias periféricas é o fato das economias desenvolvidas reduzirem sua propensão marginal a importar alimentos. Ou seja, à medida que se eleva a renda dos países desenvolvidos, a demanda por alimentos cresce proporcionalmente menos. Além disso o avanço tecnológico permitiu a substituição de grande parte das matérias-primas, antes obtidas dos países periféricos, por materiais sintéticos.

Nota-se, portanto, que as teorias de desenvolvimento elaboradas nas décadas de 50 e 60 exercem fundamental avanço com relação às tradicionais teorias acerca do comércio e desenvolvimento à medida que introduzem inovadores elementos relacionados a problemática das economias periféricas. Os aspectos abordados pelos chamados economistas do desenvolvimento foram importantes, não apenas para ampliar a compreensão das deficiências das economias subdesenvolvidas, mas principalmente para apontar possíveis caminhos para superação do status quo. Nesse sentido tais teorias colocam em questionamento os argumentos pró livre comércio, demasiadamente defendidos pelas teorias neoclássicas tradicionais, apontando as deficiências de seus argumentos quando levado em conta as particularidades dos países subdesenvolvidos.

1.3 Teorias neoclássicas do comércio internacional

Analisando as discussões contemporâneas, nota-se que a defesa pró liberalização comercial tem ganhado força nos debates neoliberais recentes. Cabe aqui avaliar até que ponto a defesa do livre comércio como promotor do bem-estar e do crescimento econômico possui sólidas bases teóricas e empíricas. Além da tradicional Teoria das Vantagens Comparativas, sustentada até então como a mais sólida teoria de defesa da liberalização comercial, surgem algumas contribuições recentes nesse campo que merecem devida atenção. Estas podem

ser divididas em argumentos estáticos – associados à teoria do comércio internacional – e dinâmico – associados às novas teorias de crescimento.

O primeiro argumento estático, elaborado por Helpman e Krugman (1985) e Romer (1994), relaciona-se a questão da diversidade de produtos. A defesa da abertura comercial nesse caso sustenta que quanto mais inserida no comércio mundial, maior é a variedade de produtos que a economia tem acesso. Isso implica em ganhos de bem-estar, na medida que aumenta a satisfação do consumidor, além de ganhos de eficiência, na medida que amplia o acesso a matérias-primas e bens de capital do produtor local.

Um segundo argumento, defendido originalmente por Leibenstein (1979), refere-se à eficiência técnica. A abertura comercial, impulsionada pela concorrência internacional, incentivaria as firmas a reduzir custos e elevar a produtividade. Isto quer dizer que o incremento do investimento se tornaria essencial para garantir a sobrevivência das empresas locais, aumentando a eficiência da economia como um todo. Assim, o acesso ao mercado internacional, devido a maior competição e a ampliação do mercado potencial, levaria as firmas a aumentar o volume de produção e de forma mais eficiente, com custos unitários menores.

Apesar de contar com uma cadeia de raciocínios lógicos e coerentes, esses argumentos possuem caráter limitado. Um dos motivos dessa limitação encontra-se no próprio fato de serem estáticos. Tal característica faz com que os argumentos estáticos se concentram no período de transição de uma economia fechada para uma economia aberta, sendo insuficientes para explicar porque as economias abertas tendem a crescer mais a longo prazo.

Outra limitação observada nos argumentos estáticos é o fato de trabalharem sobre a hipótese de um mercado em concorrência perfeita ou com falhas muito restritas. Tal hipótese, embora permita uma boa aproximação do funcionamento da economia como um todo, tende a encobrir importantes falhas do mercado.

Uma das falhas desprezadas pela teoria em questão é a existência de externalidades no interior das firmas, em especial as tecnológicas ligadas a produção, as quais estão geralmente associadas a gastos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e a treinamento. A geração de externalidades tecnológicas tende a concentrar-se nas indústrias onde o padrão de competição baseia-se nas inovações tecnológicas, demandando, portanto, maior volume de investimentos. Com isso o investimento privado nesses setores tende a ficar abaixo do que seria socialmente ótimo.

Dessa forma os defensores do livre comércio apontam a concessão de subsídios para as atividades de treinamento e P&D como solução para o problema. Segundo essa teoria, a proteção tende a restringir, ao invés de motivar, os investimentos em P&D e treinamento. No entanto, essa argumentação não leva em consideração a gravidade da restrição fiscal que afeta a maioria dos países em desenvolvimento.

Além das imperfeições associadas as externalidades, pode-se destacar também aquelas decorrentes da existência de economias de escala, tanto estática como dinâmica. Na primeira o custo decresce com o volume de produção e na segunda o custo decresce com o volume da produção acumulado ao longo do tempo.

Com relação aos retornos crescentes de escala estático, estes são ressaltados tanto pela literatura de comércio e desenvolvimento (Krueger, 1984), quanto pelos teóricos da “nova” teoria do comércio internacional (Helpman e Krugman, 1985). O argumento aqui baseia-se na idéia de que a existência de ganhos de escala geram estruturas produtivas oligopolísticas com elevadas margens de lucros e barreiras à entrada. Dessa forma o tamanho do mercado doméstico e das firmas do país passa a exercer papel crucial no desempenho dos setores intensivos em escala. Isso explica o fato do capital encontrar sérias dificuldades para se mover em direção aos setores intensivos em escala nos países em desenvolvimento, em função destes apresentarem reduzido tamanho do mercado e das próprias firmas.

Quanto às economias de escala dinâmicas, ressaltadas por Lall e Latsch (1996), pode-se dizer que estas derivam do processo de aprendizado tecnológico, constituindo-se na base teórica do argumento da indústria nascente. O processo de aprendizagem de novos processos e produtos adquirido pelas firmas e indústrias ao longo do tempo permite uma redução dos custos em função da produção. Isso implica em maior vantagem para as firmas e indústrias pioneiras no mercado, principalmente quando a complexidade da tecnologia for maior, visto que esta não é um bem perfeitamente comerciável ou imitável.

Assim a garantia de sobrevivência das firmas que entram posteriormente no mercado depende de sua capacidade de integração no processo de aprendizado e de investimento em capacitação tecnológica. No entanto, tais firmas poderão encontrar dificuldades de se estabelecerem no mercado na medida que o fluxo constante de inovações pelas firmas já estabelecidas, particularmente nas indústrias “science-based”, tende a gerar deslocamentos freqüentes da curva de aprendizado das firmas entrantes, levando a prolongados períodos de perdas. O problema se agrava quando se considera que os investimentos em tecnologia e capital humano são geralmente afetados pelo problema da “apropriabilidade” e que os gaps entre países desenvolvidos e em desenvolvimento são geralmente muito elevados em termos de produtividade, o que faz que os resultados tenham que ser gerados rapidamente para amenizar as perdas.

Verifica-se, portanto, que na presença de economias dinâmicas as firmas dos países em desenvolvimento vão encontrar dificuldades de penetrar e se estabelecer no mercado, mesmo que este mercado seja coerente com a dotação de fatores de tais países. Isto quer dizer que o livre comércio pode levar a uma alocação que não é ótima do ponto de vista da sociedade dos países em desenvolvimento.

Além dos argumentos estáticos discutidos, é importante analisar também os novos argumentos dinâmicos, os quais avançam os primeiros na medida que procuram relacionar comércio e crescimento.

Nesse sentido, o principal aspecto discutido pelos novos argumentos dinâmicos refere-se à questão do progresso técnico, argumento desenvolvido por Grossman e Helpman (1991). Enquanto as teorias tradicionais consideram o progresso técnico como um fator exógeno às ações das firmas e governos, na teoria em questão ele é visto como um fator endógeno. Isto quer dizer que os ganhos relativos ao avanço tecnológico refletem não apenas o aprimoramento da ciência como também o processo de concorrência entre as firmas.

Na base da nova argumentação destaca-se a idéia de que o comércio internacional tende a incentivar o crescimento interno de um país devido aos fatores ligados ao progresso técnico. Isto porque o fluxo de bens associado ao comércio externo, além de expandir a base tecnológica de cada país, reduzindo o custo da inovação e acelerando o crescimento, pressiona os empresários locais no sentido da inovação para enfrentar a concorrência internacional. Soma-se a isso a idéia de que a integração do comércio mundial aumenta o mercado potencial em que as firmas operam, criando a possibilidade de se explorar economias de escala associadas aos gastos em P&D.

No entanto, se de um lado, o aumento do número de competidores que as firmas têm de enfrentar incentiva os investimentos tecnológicos, de outro lado, tende a colocar em risco a sobrevivência das firmas locais frente ao fomento da concorrência internacional. Com relação à difusão do progresso técnico, seria ingenuidade considerar que este se propaga de forma homogênea entre as diversas economias. Ao contrário, os gastos em P&D tendem a se concentrar nas economias mais desenvolvidas, fazendo com que estas apresentem vantagem absoluta quanto aos ganhos de escala relativos à exploração de novas tecnologias.

Verifica-se, portanto, que o papel que o comércio externo exerce na economia é tratado de forma extremamente complexa pelas diversas teorias que abordam o assunto. Com relação a este aspecto é preciso levar em conta fatores específicos de cada economia para que se faça uma análise mais crítica e menos tendenciosa. Apesar dos discursos neo-liberais terem dominado os debates

acadêmicos nas últimas décadas, uma análise cuidadosa dessa teoria nos permite identificar a fragilidade de seus argumentos e colocar em questionamento a validação de sua base teórica para o âmbito das economias menos desenvolvidas.

Capítulo 2 - A inserção externa do Brasil na década de 1990

2.1 A evolução do processo de abertura comercial no Brasil

A implementação do Plano Real tem reforçado, no final do século XX, a antiga questão referente a inserção do Brasil no mercado externo, período em que os discursos liberais – agora denominados neo-liberais – voltam a imperar. A grande questão gira em torno da velocidade e do grau de abertura que vem sendo implementada na economia brasileira principalmente à partir de 1990 com o governo Collor e, posteriormente, com o Plano Real em 1994.

Para entender melhor o debate acerca da inserção do país no mercado externo é importante fazer uma breve avaliação do processo de transição do modelo protecionista, que caracterizou o país desde o pós guerra até a década de 1980, para o modelo de uma economia aberta. Dessa forma, este capítulo parte da análise da evolução do processo de abertura comercial e, a partir daí, desenvolve as críticas com relação ao modelo adotado .

O caráter fechado da economia brasileira se consolidou principalmente à partir de 1947. Neste período um sistema de licença foi usado para controlar o nível e a estrutura das importações no Brasil⁸. Embora esta não tenha sido um política explícita do governo, na prática tal sistema foi um estímulo importante à industrialização, à medida que contou com uma taxa fixa de câmbio que subsidiou a importação de bens de capital.

Este sistema durou até 1953, quando foi substituído por um sistema de taxas múltiplas de câmbio. A nova política cambial foi implementada por um sistema de leilões de câmbio e pelo controle seletivo das operações cambiais, via

⁸ As divisas foram distribuídas a partir do seguinte sistema de prioridades; (a) produtos de absoluta necessidade; (b) produtos de relativa essencialidade e (c) produtos de imediata ou eventual conveniência, sendo as disponibilidades de câmbio aplicados em 75% para a primeira categoria, 20% para a Segunda, restando muito pouco para bens de consumo final não-essenciais (Von Doellinger, Cavalcanti e Branco, 1977).

mercado. Dessa forma, a vulnerabilidade das contas externas brasileiras criou, de forma involuntária, condições para a proteção da indústria brasileira até 1957.

Somente a partir de 1957, já sob o governo de Juscelino Kubitschek, foi implantada uma política protecionista com o objetivo explícito de estimular a industrialização do país⁹. Este sistema gerou um processo de crescimento acelerado da industrialização brasileira.

O ano de 1964 foi marcado por uma relativa liberalização da política comercial. Entre 1964 e 1968 foram extintos vários mecanismos de controle, especialmente para os bens manufaturados, entre eles a redução dos níveis tarifários e a concessão de várias isenções tarifárias.

Após 1974, o aumento explosivo do preço do petróleo e a recessão mundial que se seguiu afetaram profundamente as contas externas brasileiras. Dessa forma o governo tentou sustentar as taxas de crescimento da economia e os níveis de investimento industrial por meio do endividamento externo, da elevação de tarifas e de maiores restrições quantitativas às importações.

Na década de 1980 o Brasil teve que enfrentar uma conjunção de choques adversos. Em 1979 os preços do petróleo dispararam novamente. No final da década de 1970 a política ortodoxa do Federal Reserve e o aumento do déficit orçamentário norte-americano, produto da política econômica de Reagan, elevaram as taxas de juros, causando a eclosão da crise da dívida externa latino-americana. Além disso, por pressões internacionais, o Brasil foi obrigado a eliminar ou reduzir drasticamente os subsídios às exportações.

A imensa crise do setor externo levou o governo a dotar políticas restritivas fiscais e monetárias domésticas e a realizar uma política de restrição às importações, como intuito de se obter megasuperávits comerciais para fazer face ao crescente serviço da dívida externa. Estas medidas faziam parte do acordo

⁹ Isto se deu por meio da: (i) nova Lei de Tarifas de agosto de 1957; (ii) pela regulamentação da Lei dos Similares; (iii) manutenção do subsídio à importação de bens de capital e insumos básicos, como resultado do tratamento cambial privilegiado; e (iv) finalmente, pela atração de capital estrangeiro de risco e pelo tratamento cambial favorecido.

realizado com o FMI em 1983, no qual o país se comprometia a realizar esforços para saldar seus compromissos externos.

À partir de 1988, inicia-se no país um amplo processo de abertura comercial. Essa liberalização fazia parte da chamada Nova Política Industrial, que tinha por objetivo a modernização e o aumento da competitividade do parque industrial, e propunha benefícios fiscais, inclusive com isenção dos impostos de importação e depreciação acelerada na compra de bens de capital de origem interna ou externa e nos gastos com desenvolvimento tecnológico¹⁰.

A posse do governo Collor em 1990 dá origem a novas diretrizes para a política industrial e de comércio exterior na medida que aumenta a exposição da economia brasileira à concorrência internacional. Este novo modelo econômico é marcado pela eliminação da maior parte das barreiras não tarifárias e pela implantação de um cronograma de redução de tarifas de importação, o qual deveria ser concluído até 1994.

Depois do impeachment de Collor, o governo Itamar continuou a política de liberalização progressiva do comércio exterior. Isso passou a ser possível graças aos elevados superávits comerciais brasileiros ao longo da década de 1980 e da melhoria da situação do balanço de pagamentos como consequência da queda da taxa de juros no mercado mundial e da retomada do fluxo de capitais privados.

À partir de 1994, já sob governo de Fernando Henrique Cardoso, a prioridade do governo passa girar em torno da estabilização de preços com mecanismos direcionados para a realização do novo plano: o Plano Real. Dessa forma o governo passa a reduzir drasticamente as alíquotas de importação, principalmente aquelas relativas aos produtos com participação significativa nos índices de preços internos. Muitas delas chegaram a 0%, objetivando evitar

¹⁰ Nota-se nesse período um declínio da redundância tarifária média, que passa de 41,2% para 17,8%; a eliminação das principais barreiras não tarifárias; e a eliminação dos regimes especiais de importação, o que gerou uma redução gradual de proteção da indústria local.

aumento de preços a curto prazo. Entre os setores mais afetados nesse aspecto pode-se destacar o de medicamentos, alguns tipos de alimentos entre outros.

Em setembro do mesmo ano o governo passa a adotar a TEC (Tarifa Externa Comum) do Mercosul. Essa medida significa uma redução no nível de proteção nominal dos setores de automóveis, eletrônico de consumo e química fina. Todas essas medidas de abertura, somadas ao rápido crescimento da demanda e à apreciação cambial, ocorridas após a introdução do Plano Real em julho de 1994, foram responsáveis pelo início de um processo de sucessíveis déficits comerciais. O agravamento no déficit no Balanço de Pagamentos obrigou o governo a recuar nas medidas liberalizantes, elevando as alíquotas de diversos produtos ao longo de 1995. Os impostos de importação dos produtos de linhas branca e marrom, de telefonia e os de autoveículos foram elevados para 70%. A proteção de alguns setores da economia se mostrava crucial para evitar maiores danos à saúde da economia brasileira naquele momento.

Um fator essencial a ser ressaltado aqui é o fato do processo de abertura da conta de capital ter se dado quase que simultaneamente ao processo de liberalização comercial. O processo teve início em janeiro de 1989 com a introdução do mercado de taxas flutuantes para atividades ligadas ao turismo, o que resultou num movimento gradual de expansão da conversibilidade da moeda nacional. No entanto, em virtude da deterioração do balanço de pagamentos, a abertura foi temporariamente interrompida até meados da década de 90, quando é retomada sobre o comando do novo governo.

À partir daí nota-se um aumento considerável do grau de conversibilidade da moeda nacional à medida que o governo passa a autorizar as instituições financeiras locais a manterem quantias ilimitadas de moeda estrangeira em seu poder; amplia a aquisição de ativos financeiros denominados em moeda estrangeira; e principalmente, à medida que autoriza o acesso direto de investidores institucionais estrangeiros ao mercado de ações e de renda fixa brasileiros.

A relativa liberalização cambial somada ao diferencial das taxas de juros internas e externas provocou um grande fluxo de investimentos estrangeiros no país, passando de US\$ 678 milhões em 1989 para US\$ 7,07 bilhões em 1993. À partir de agosto de 1993 o processo de liberalização sofreu uma série de altas e baixas em função da situação do balanço de pagamentos, no entanto, a entrada líquida de capitais continuou elevada (US\$ 9,3 bilhões em 1994 e US\$ 7,2 bilhões em 1995), com os investimentos em portfólio respondendo em média por 50% das entradas do período. Esse processo acabou gerando pressões sobre a taxa de câmbio real, fazendo com que esta apresentasse uma nítida tendência a apreciação.

2.2 O debate acerca do processo de abertura comercial

Partindo desse cenário pode-se entender melhor o debate acerca do processo de abertura que vem sendo implementado no país nesta década. Verifica-se, de um lado, a presença de um grupo de pensadores que defende um intenso processo de liberalização como forma de alcançar a estabilidade econômica, destacando aí os artigos de Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central do governo Fernando Henrique. Por outro lado, observa-se uma corrente oposta a anterior, que alerta para os perigos de uma abertura desenfreada, a qual constituiria uma ameaça à indústria nacional e, conseqüentemente, ao ajuste das contas externas.

O primeiro grupo parte do princípio de que o Brasil permaneceu à margem do processo de globalização na última década devido a instabilidade da economia e a degeneração das políticas comerciais e industriais locais. "Isto permitiu definir a "Década Perdida" como o marco de um processo mais amplo de exaustão do modelo de crescimento por substituição de importações" (Franco, 1996). Dessa forma o processo de globalização, acentuado no final do século XX, consistiria em uma tendência irreversível, na qual a inserção do país dependeria do alto grau de abertura da economia.

O principal canal através do qual a globalização teria penetrado as defesas impostas pelo rígido modelo de substituição de importações foi pela introdução das empresas transnacionais. Até a Segunda Guerra a participação das empresas estrangeiras na produção industrial era praticamente nula, no entanto, trinta anos depois, chegavam a concentrar cerca de um terço do valor adicionado e do emprego industrial, possuindo destaque nos setores mais dinâmicos da economia. Além disso, até a década de 1960 os coeficientes de importação e exportação das empresas filiais estrangeiras e das empresas nacionais eram praticamente semelhantes devido ao compromisso com o mercado interno. Mas já na década de 1980, a inserção das empresas estrangeiras no processo de globalização faz com que a propensão a exportar destas torne-se extremamente superior a das empresas nacionais, o que revela a contribuição das empresas transnacionais no processo de crescimento da economia brasileira.

No entanto, as restrições às importações até o final da década de 80 teria feito com que a propensão a importar de ambas as empresas (nacionais e estrangeiras) permanecesse a níveis extremamente baixos. "Este fato, aliado a instabilidade macroeconômica, explicaria a extraordinária perda de importância do Brasil como receptor de investimento direto estrangeiro em um momento particular neste domínio, caindo de sexta para décima posição no "ranking" dos países receptores de investimento direto, o que teria contribuído para constranger o processo de internacionalização da produção" (Franco, 1996).

Dessa forma a corrente pró abertura da economia afirma que ainda na década de 1990 a propensão a exportar e importar das filiais estrangeiras no Brasil permaneceram em níveis muito inferiores a média mundial. Argumenta, portanto, que a estabilização da economia e a reversão das políticas comerciais e industriais adotadas na década passada são importantes para superar o atraso causado pela exaustão do processo de substituição de importação. Isso implicaria, antes de tudo, em ultrapassar o fenômeno da estagnação da taxa de crescimento de produtividade, um dos principais fatores responsáveis pelo agravamento da desigualdade social em nosso país.

A tendência declinante da taxa de crescimento da produtividade após a Segunda Guerra Mundial estaria intimamente ligada ao modelo protecionista adotado. Uma vez que as estruturas de mercado estivessem cada vez menos contestáveis aos produtores locais, reduziam-se os fatores indutores ao dinamismo tecnológico. Num outro contexto, se a indústria nacional estivesse exposta a concorrência internacional, ou seja, se existisse competidores estrangeiros ávidos para ocupar maiores fatias do mercado, novos investimentos em tecnologia, produtividade e qualidade se tornariam necessidade, o que aumentaria os esforços de aperfeiçoamento, enxugamento e racionalização.

A corrente liberal defende, portanto, a idéia de que o crescimento da produtividade, ocorrido com o processo de abertura adotado no governo Fernando Henrique, foi capaz de permitir crescimento econômico, maior distribuição de renda e aumento de competitividade. Isso teria ocorrido porque o incremento na produtividade teria permitido que as empresas aumentassem salários, reduzissem custos e diminuíssem preços, ou seja, transferissem renda obtida com a produtividade para os trabalhadores, consumidores e para si próprias.

Outra questão de extrema importância que deve ser discutida aqui é a maneira como a abertura econômica e a nova política cambial afetaram o balanço de pagamentos com a implementação do Plano Real. Quanto a este aspecto, a corrente pró-liberalização contraria a idéia de que a apreciação da moeda, ocorrida com a introdução do Plano Real, teria prejudicado seriamente as contas externas. Isto porque consideram o realinhamento da moeda nacional um simples ajuste a nova realidade econômica, ou seja, uma necessidade criada pela nova estrutura da economia, baseada na abertura e na estabilização.

Como já argumentado anteriormente, a estrutura protecionista, em vigor até 1990, teria gerado ineficiência produtiva devido a ausência de competição, provocando, conseqüentemente, estagnação da taxa de crescimento da produtividade. Dessa forma, o processo de crescimento, baseado no modelo de substituição das importações, teria feito com que a competitividade da economia

fosse baseada em baixos salários e taxas de câmbio sub-valorizada e não em crescimento da produtividade.

Assim, à medida que o processo de abertura abre perspectiva para um novo modelo de crescimento, baseado fundamentalmente no aumento da produtividade, surge a necessidade de se criar novas adaptações. “Ao evitar a apreciação e, portanto, manter um mega-superávit comercial a fim de prosseguir acumulando reservas velozmente, o país estaria concedendo um subsídio aos exportadores e incorrendo em custos derivados de manter um estoque excessivo de reservas internacionais. A abertura e a nova política cambial responderiam diretamente a esse diagnóstico e tornariam inevitável a apreciação cambial” (Franco, 1996).

Outro aspecto relevante a ser discutido refere-se aos efeitos da inflação sobre o balanço de pagamentos. À medida que altas taxas de inflação reduzem a demanda por moeda e induzem a busca de outros instrumentos para proteger a riqueza, observa-se um processo de maciça fuga de capital. Este processo se acentua quanto maior a mobilidade de capital observado na economia. Neste caso, um aumento nas taxas de inflação implicaria na deterioração da conta capital do balanço de pagamentos, tornando inevitável uma depreciação cambial em termos reais a fim de ajustar a conta corrente a maior fuga de capital.

Nota-se, portanto, que a estabilização e a abertura teriam provocado alterações na configuração básica do balanço de pagamentos de modo que a estrutura de câmbio que vigorava no sistema anterior deixasse de fazer sentido com a introdução do Real e, conseqüentemente, com a redução do nível inflacionário. Isto quer dizer que a transição de um sistema hiperinflacionário para um sistema de estabilidade implicaria, inevitavelmente, na realocação de recursos e na alteração de preços relativos. Por isso a apreciação cambial, visando reverter as altas taxas de inflação, deveria estar presente em quase todos os programas de estabilização bem sucedidos.

É importante deixar claro também que, ainda segundo a visão liberal, o modelo de crescimento adotado pelo país durante anos, ou seja, a industrialização

através da “substituição das importações”, teria sido consolidado pela idéia de que este seria o caminho para reduzir nossa vulnerabilidade externa. A auto suficiência seria vista como um dos principais mecanismos para barrar nossa sensibilidade a choques externos. No entanto, as décadas de 1970 e 1980, apesar de terem alcançado elevado nível de auto-suficiência, teriam marcado nossa vulnerabilidade externa, principalmente quando se leva em conta nosso desempenho medíocre em termos de crescimento, as altas taxas de inflação e as mazelas sociais evidenciadas em nossa economia nesse período. Dessa forma essa corrente argumenta que uma economia aberta teria maior capacidade de reagir a choques externos. Um dos motivos desse argumento é que uma economia aberta agiria mais rapidamente a necessidade de uma desvalorização cambial. Isto porque uma desvalorização cambial nesse tipo de economia provocaria um impacto muito mais forte no incremento das exportações, facilitando o fluxo de entrada de capital externo. Portanto, quanto mais fechada a economia, mais difícil seria fazer ajustamentos externos e mais propensa à instabilidade macroeconômica a economia deveria ser.

Um último ponto debatido pelos neoliberais refere-se a intervenção do Estado na economia. Em episódios históricos específicos o gasto público teria se revelado como o grande propulsor do desenvolvimento. No entanto, o momento atual que atravessamos revelaria o desgaste desse modelo de crescimento. “A identidade positiva Estado-Desenvolvimentista se dilui e o Estado passa a ser visto quase como um obstáculo ao progresso” (Franco, 1996). Este argumento ganha forças quando se leva em conta a falência material do Estado, tanto em países ricos quanto em países pobres. Ao Estado caberia, portanto, resolver problemas específicos de acordo com os meios que dispõe, o que faz com que o governo e os políticos percam a importância que assumiram ao longo das décadas anteriores.

Portanto, os neoliberais defendem a idéia de que o novo modelo que se esboça deveria ter suas bases de crescimento sustentada pelo setor privado, principalmente no tocante ao crescimento da produtividade. O salário real e o nível de investimento passariam a ser determinados, não mais pelas políticas salariais e

pelos programas de governo mas, fundamentalmente, pelo crescimento da produtividade gerada pelo setor privado e, sobretudo, pela confiança que este depositasse no quadro macroeconômico.

A visão discutida acima apresenta argumentos que objetivam justificar a posição liberal do governo frente ao modelo de abertura comercial adotado e, mais especificamente, a implementação do Plano Real. As medidas adotadas visam alcançar, antes de tudo, a estabilidade da economia, deixando em segundo plano a questão social. Nota-se que a preocupação do governo com o bem estar social é tratado apenas superficialmente com a discussão do incremento da produtividade e os supostos ganhos dos trabalhadores com relação ao aumento do salário real. No entanto, não se observa neste governo medidas eficazes de combate a miséria e ao desemprego. Ao contrário, o que se observou ao longo desta década, foi uma progressiva queda no nível de atividade da economia e, conseqüentemente, um resultado desastroso do ponto de vista social, principalmente com relação a questão do mercado de trabalho.

Daí a emergência de uma corrente opositora, representada por economistas como Luiz Gonzaga Belluzo e Luciano G. Coutinho, entre outros, a qual condena as medidas liberalizantes adotadas pelo atual governo. A abertura desenfreada da economia é vista de modo pejorativo por estes intelectuais na medida que consideram este um dos principais fatores responsáveis pela deterioração econômica do país.

Essa corrente opositora não nega que o processo de substituição das importações tenha chegado num considerável grau de exaustão já em meados da década de 1970. Atribuem a esse fato, tomando como base o II PND (última tentativa desenvolvimentista de integração industrial, implantado entre 1974 e 1978), o esgotamento das condições domésticas de financiamento como forma de garantir um nível elevado de formação bruta de capital. Dessa forma era inevitável que alguns pontos de estrangulamento fossem superados e que novos desafios fossem alcançados, entre eles a reestruturação da captação da poupança doméstica como forma de incrementar o financiamento a longo prazo; a

reorganização e a modernização da grande empresa nacional; e, indiscutivelmente, a superação da defasagem tecnológica que se abatia na indústria nacional.

No entanto, o quadro macroeconômico que se conformou no final da década de 1970 e início da década de 1980 impediu que se implantasse um modelo reformista de crescimento. O segundo choque de preços do petróleo e o choque de juros promovido por Paul Volcker, presidente do Federal Reserve, criaram uma deterioração das condições de financiamento externo, o que gerou desorganização das finanças públicas, descontrole do processo inflacionário e uma inevitável crise cambial no país. Dessa forma tornou-se racional substituir importações e incentivar exportações através estímulos fiscais e cambiais para poupar divisas. Os superávits comerciais gerados – superiores a 3% do PIB – foram destinados a financiar os serviços da dívida. Portanto, ao contrário do que afirmava Gustavo Franco, “os controles draconianos que resultaram na redução significativa do coeficiente de importação foram ditados pelas circunstâncias adversas e não criados por uma doentia mentalidade autárquica” (Coutinho e Belluzo).

Ainda com relação a tão criticada redução dos coeficientes de importação e exportação, é aceitável a idéia de que, com as novas relações de comércio e investimento desenvolvidas na década de 1980, deveria haver uma maior flexibilidade na importação de insumos, componentes, partes e peças. Isto porque o mercado interno deixa de ser o alvo principal do investimento direto, o qual passa a buscar agora configurações mais eficientes para o suprimento, não apenas dos mercados regionais, mas, fundamentalmente, do mercado mundial. No entanto, seria imprudente promover tal flexibilização sem um regime favorável às exportações. A prova disso foi o que ocorreu nos governos da década de 1990, cuja abertura se deu de forma desenfreada e não de forma gradualista, o que derivou a transição de uma situação comercial superavitária – 10 bilhões de dólares até 1994 - para uma situação alarmante de déficits do Balanço de Pagamentos - ao redor de 4 bilhões de dólares em 1995.

É importante deixar claro que a deterioração do Balanço de Pagamentos, ocorrida após a implantação do Plano Real, possui raízes mais profundas, derivadas principalmente da sobre-utilização da âncora cambial. Sobre a justificativa de alcançar a estabilidade dos preços e de se fazer ajustes realocativos dos recursos, o governo manteve a taxa de câmbio sobrevalorizada. A sobrevalorização da taxa de câmbio inibiu as exportações brasileiras e aumentou as importações, provocando enormes déficits em conta corrente.

Para compensar o déficit no Balanço Comercial o país passou a depender excessivamente de financiamento externo com o objetivo de obter ganhos na conta de capitais, o que exigia um diferencial significativo entre as taxas de juros interna e externa. A subida das taxas de juros internacionais ao longo de 1994 exigiram que o governo mantivesse as taxas de juros interna em patamares ainda maiores, deteriorando o nível de atividade interna.

A justificativa de que a apreciação cambial teria sido determinada pela nova configuração macroeconômica, ou seja, que a estabilização teria provocado tal aumento de confiança nos investidores internacionais a ponto de assegurar um fluxo permanente de financiamentos externo não contava com certos riscos potenciais. Em primeiro lugar não se poderia descartar a possibilidade de mudanças nas condições financeiras internacionais. Além disso a sensibilidade do mercado internacional em relação às economias emergentes se agrava conforme os desajustes das contas externas e internas. Esse quadro evidencia os riscos de se depender excessivamente de financiamentos internacionais.

Quanto a questão da produtividade, o que se tem observado nos discursos neo-liberais recentes é uma sobrevalorização dos ganhos de produtividade derivados da abertura e, conseqüentemente, da pressão competitiva. Trata-se de desconsiderar alguns fatores cruciais para a medição mais precisa da produtividade, entre eles, os efeitos da terceirização; do aumento do coeficiente importado e da conseqüente redução do valor agregado nas cadeias produtivas; do intenso processo de automação industrial, provocados pelo estímulo à importação de máquinas; e da oneração dos custos salariais e demais

serviços produtivos, gerados pela indexação residual e pela evolução do preço dos non-tradables. Desconsiderando tais efeitos o que se vê é uma valorização excessiva dos benefícios oriundos da abertura econômica em termos de incremento da produtividade.

Na verdade as teorias pró livre comércio tendem a responsabilizar quase que totalmente a abertura econômica pelos ganhos de produtividade geridos no Brasil. Enquanto isso colocam a margem desse processo fatores cruciais ligados as estratégias da estrutura empresarial, custo reduzido de capital, infra-estrutura eficiente e taxa de câmbio adequada.

Outro ponto extremamente importante que deve ser tratado aqui diz respeito a atuação do Estado na economia. Os neo-liberais defendem a idéia de um Estado mínimo, o qual deveria restringir-se, no campo econômico, a garantir as condições de estabilidade, a infra-estrutura básica para assegurar a competitividade e a impedir os entraves à livre concorrência. No âmbito político, ao Estado caberia tratar da oferta de bens públicos como justiça e segurança e a prover apoio seletivo a grupos sociais fragilizados.

Nota-se que a corrente liberal critica extremamente uma participação mais ativa do Estado na esfera do mercado. No entanto não leva em conta o fato de que o bom funcionamento do mercado requer a juridificação das relações econômicas. Além disso a orientação das ações privadas através de mecanismos de política econômica – ao estabelecer regimes monetários, fiscais e cambiais e ao regular o mercado de trabalho – se torna crucial para garantir a eficiência do sistema.

Dessa forma, não se deveria descartar, em hipótese alguma, a interferência do Estado em pontos estratégicos que envolvem externalidades negativas, como a preservação do meio ambiente e externalidades positivas, ligadas a garantia de infra-estrutura e de geração de progresso tecnológico. Além disso a atuação do governo no sentido de diminuir a assimetria de informação, a incerteza e a concentração do poder econômico seria crucial na medida que aumentaria a eficiência dos mercados de crédito, de capital e de câmbio.

Paralelamente evitaria a volatilidade recorrente nos mercados de valores mobiliários e os consequentes efeitos adversos sobre o investimento produtivo.

A questão chave é que o Estado deveria combinar os instrumentos clássicos de fomento da economia de acordo com as particularidades de cada setor. Sem esses pressupostos básicos fica difícil garantir a eficiência da economia simplesmente pelo livre funcionamento do mercado.

Capítulo 3: O impacto da abertura comercial no setor manufatureiro - Implicações sobre o mercado de trabalho

3.1 A evolução das exportações e importações do setor manufatureiro

A década de 1990 marcou a exposição da indústria brasileira à concorrência internacional. O processo de abertura tarifária intensificado em 1990, somado a implementação do programa de estabilização do Plano Real, o qual gerou uma etapa de significativa apreciação da taxa de câmbio, agravou o nível de desproteção da indústria nacional e instalou um desincentivo à agregação de valor manufatureiro no país. Este processo gerou uma profunda reversão do saldo positivo da balança comercial, particularmente na indústria de transformação, acarretando efeitos debilitadores sobre o potencial de crescimento da economia.

É reconhecido que a combinação da forte sobrevalorização da taxa de câmbio com juros elevados, no contexto de intensa abertura comercial, criou um ambiente favorável para invasão de produtos importados, forçando os preços internos para baixo, o que resultou no rápido processo de combate inflacionário. No entanto, esta combinação câmbio-juros se revelou extremamente prejudicial para as contas externas do país à medida que provocou grande aceleração das importações frente as exportações. Isto porque, com a proteção tarifária reduzida, a apreciação cambial e os juros altos sobreoneram a rentabilidade das empresas e dificultam seus processos de reestruturação para competir dentro dos padrões mundiais.

Este processo resultou na desindustrialização de vários setores, muitos dos quais sofreram uma rápida desnacionalização da indústria, dado que as empresas brasileiras financeiramente mais frágeis foram colocadas em condições desiguais de competição. Esta tendência de desindustrialização se manifestou na redução do valor-agregado no país em grande parcela das cadeias industriais, o

que fez com que parte crescente da produção nacional fosse substituída por produtos importados.

O baixo desempenho da indústria brasileira frente a abertura comercial confirma a fragilidade estrutural da posição competitiva brasileira. Essa fragilidade se expressa na vulnerabilidade comercial em quase todas as áreas de manufatura de alto valor agregado e especialmente de sofisticado conteúdo tecnológico. Mesmo em indústrias tradicionais de bens não-duráveis de consumo (têxtil, calçados, alimentos) a deficiência competitiva tornou-se evidente com a sobrevalorização da taxa de câmbio.

O objetivo deste capítulo é analisar o impacto da abertura comercial no mercado de trabalho, levando em conta as transformações ocorridas no setor manufatureiro.

Esta parte do trabalho será baseado nos estudos de Sheila Najberg e Solange Paiva Vieira (1996) e de Maurício Mesquita Moreira e Paulo Guilherme Correa (1997). O primeiro – “Modelo de Geração de emprego aplicados à economia brasileira - 1985/95” – desenvolve um instrumento que permite classificar os diferentes setores da economia conforme a demanda de emprego. O segundo estudo – “Abertura comercial e indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo” – é importante à medida que analisa a evolução das importações e exportações de alguns setores ligados a indústria com o processo de abertura comercial.

Dessa forma, o primeiro passo é identificar os setores que demandam maior número de empregos. O segundo passo é analisar como evoluíram tais setores com o processo de liberalização comercial e quais os impactos deste resultado no mercado de trabalho.

Através do estudo desenvolvido por Najberg e Vieira pode-se identificar os principais setores demandantes de emprego. “Com o objetivo de ordenar os setores, segundo sua capacidade de geração de emprego, foi simulado um aumento de demanda final em cada setor, individualmente, mantendo-se nula a demanda nos demais setores para 1990 e 1995. Arbitrou-se um choque de

demanda no valor de R\$ 1 milhão, a preços de 1995. Vale mencionar que qualquer outro valor poderia ter sido utilizado, na medida em que a linearidade dos modelos assegura uma relação de proporcionalidade entre variações na demanda e variações no emprego” (Najberg e Vieira, 1996).

Este trabalho será concentrado na análise dos 18 principais setores, sendo estes apresentados na Tabela 1 e classificados em ordem decrescente quanto a importância no mercado de trabalho.

Tabela1		
Demanda de Emprego Gerado por R\$1.000.000.00 de Demanda Final – 1990 e 1995		
Setores	Emprego Gerado – 1990 Com Efeito Renda	Emprego Gerado – 1995 Com Efeito Renda
Calçados	265	247
Madeira	265	236
Produtos Alimentares	265	213
Elementos Químicos	232	194
Outros Metalúrgicos	212	177
Têxtil	206	174
Celulose, Papel e Gráfica	208	174
Máquinas e Equipamentos	195	163
Artigos Plásticos	177	149
Farmacêutica e Veterinária	184	154
Automóveis/ Caminhões/ Ônibus	185	152
Siderurgia	176	148
Material Elétrico	185	151
Peças e Outros Veículos	188	153
Borracha	170	142
Metalurgia de Não-Ferrosos	168	141
Químicos Diversos	151	127
Equipamentos Eletrônicos	165	135

Fonte: BNDES

Ao considerar o efeito sobre a renda o estudo torna endógeno o consumo privado. Desta forma supõe que aumentos de demanda do governo por novos investimentos ou por exportação induzirão crescimentos do nível de atividade e do emprego, expandindo a renda. O aumento da renda traduz-se em novo aumento na demanda por bens, desta vez ocasionado pelo consumo final das famílias, que gerará um adicional de produção. Este modelo fecha o círculo produção – renda – demanda -- produção.

Nota-se que do ano de 1990 para o ano de 1995 ocorreu uma redução brutal da demanda por emprego de forma generalizada na indústria. Todos os setores, com exceção o de calçados, apresentaram queda no nível de emprego. Os motivos dessa redução podem estar relacionados a questões como inovação tecnológica, terceirização, entre outros fatores. No entanto, este tema não será abordado aqui, sendo o foco principal a análise do comércio externo.

Identificados os setores que mais demandam mão-de-obra é importante analisar em que medida o comércio externo afetou tais setores. A análise será baseada na comparação dos ganhos e perdas sofridas com a abertura comercial e, sobretudo, em que medida estas transformações afetaram o mercado de trabalho.

Através dos dados da Tabela 2, obtida do estudo de Moreira e Correa, pode-se analisar a evolução do Saldo da Balança Comercial de cada setor citado na Tabela 1. De forma geral, observa-se uma melhoria do comércio externo nos setores em questão nos anos de 1991 e 1992, refletindo os impactos das medidas de abertura adotadas no Governo Collor.

Os anos de 1993 a 1995 apresentam movimento inverso, retratando uma deterioração da Balança Comercial. A piora nas contas externas no setor industrial neste período pode ser atribuída principalmente pelo movimento progressivo de redução tarifária, iniciado no Governo Collor e intensificado no Governo de Fernando Henrique.

Tabela2						
Saldo da Balança Comercial por Setor (Em US\$ Mil)						
Setores	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Calçados	1.155.786,4	1.202.843,3	1.452.450,0	1.887.601,6	1.532.445,4	1.288.054,4
Madeira	385.111,5	414.038,7	522.226,5	792.940,5	999.728,2	1.011.056,5
Produtos Alimentares	21.862,7	52.335,2	166.990,9	144.456,0	28.571,0	-384.418,5
Elementos Químicos	-705.403,1	-767.022,3	-702.471,4	-845.994,2	-1.098.901,8	-1.471.951,4
Outros Metalúrgicos	256.801,1	280.680,0	379.022,9	366.543,7	370.587,1	120.940,4
Têxtil	284.845,2	342.049,9	449.292,2	513.470,0	407.939,5	201.007,4
Celulose, Papel e Gráfica	541.581,3	530.954,8	693.410,8	655.421,2	777.362,9	1.309.819,2
Máquinas e Equipamentos	-1.595.298,3	-1.521.578,3	-1.188.972,7	-1.235.745,2	-2.065.946,7	-4.322.801,7
Artigos Plásticos	-7.610,7	-3.561,8	9.847,8	18.479,4	-4.166,4	-90.076,8
Farmacêutica e Veterinária	-313.635,9	-359.772,5	-257.190,5	-341.971,2	-543.842,1	-684.319,5
Automóveis/ Caminhões/ Ônibus	919.961,6	702.216,5	1.373.010,9	670.872,8	-9.222,3	-2.067.970,4
Siderurgia	3.089.052,2	3.597.205,4	3.597.205,8	3.762.515,6	3.582.871,4	3.566.103,1
Material Elétrico	250.101,1	318.573,0	371.653,2	390.644,3	272.993,0	166.938,5
Peças e Outros Veículos	234.048,6	193.344,4	288.839,3	256.862,2	421.567,6	297.746,4
Borracha	90.210,5	139.865,8	249.331,3	251.926,1	148.977,5	-91.524,2
Metalurgia de Não-Ferrosos	1.040.943,3	1.113.612,7	1.234.187,8	1.080.945,0	1.173.744,4	1.138.269,3
Químicos Diversos	-136.993,9	-78.199,0	-88.304,8	-134.909,1	-215.343,9	-343.846,8
Equipamentos Eletrônicos	-942.983,2	-842.879,9	-1.034.732,4	-1.639.003,6	-2.201.962,8	-3.353.709,2
Total	4.568.380,4	5.314.705,9	7.515.797,6	6.595.255,1	4.678.297,8	-3.710.683,3

Fonte: BNDES

As indústria da madeira; celulose, papel e gráfica; siderurgia; peças e outros veículos; e metalurgia de não-ferrosos constituíram exceção, apresentando crescimento considerável na primeira metade da década de 1990. Os demais setores apresentaram saldo negativo em 1995 comparado com os resultados observados no início da década.

Esse movimento é facilmente observado à medida que se analisa a evolução dos coeficientes de penetração das importações e exportações de cada setor, observados nas Tabelas 3 e 4, respectivamente.

A Tabela 3 revela o crescimento do coeficiente das importações ocorrido de forma generalizada nos setores da economia na primeira metade desta década. O processo de redução tarifária favoreceu a entrada de produtos importados no país, principalmente a partir de 1993. O coeficiente de penetração das importações passou de uma média de 6,51 para 17,69 entre 1990 e 1995. Nota-se que o aumento das importações ganhou destaque em alguns setores tais como o têxtil; artigos plásticos; meios de transporte em geral; borracha; e equipamentos eletrônicos. O aumento das importações nestes setores chegou a ser superior a 150% entre 1990 e 1995.

Paralelamente ao aumento no coeficiente de importações, nota-se no período um aumento quase que generalizado no coeficiente de exportações, no entanto, em proporções bem menores, como observado na Tabela 4. Os setores que se destacam são a indústria da madeira; metalurgia de não-ferrosos; celulose, papel e gráfica; calçados; e siderurgia.

Tabela 3						
Coeficiente de Penetração das Importações: Importação/ Produção 1990/1995 (em %)						
Setores	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Calçados	3,2	3,1	2,0	3,5	2,5	4,2
Madeira	2,3	2,3	1,7	1,9	1,9	3,0
Produtos Alimentares	4,0	4,1	2,2	3,6	4,7	9,7
Elementos Químicos	19,7	21,5	14,0	16,9	16,9	26,5
Outros Metalúrgicos	2,3	3,6	2,2	3,6	3,3	4,9
Têxtil	1,2	2,4	1,9	3,0	3,4	9,6
Celulose, Papel e Gráfica	3,2	3,1	2,0	3,5	2,5	4,2
Máquinas e Equipamentos	23,7	38,6	27,1	35,1	46,8	68,2
Artigos Plásticos	1,2	1,8	1,5	2,1	3,2	5,8
Farmacêutica e Veterinária	9,7	12,7	7,3	7,8	10,3	10,6
Automóveis/ Caminhões/ Ônibus	0,2	1,8	2,1	5,3	9,3	18,1
Siderurgia	1,6	2,2	2,7	2,8	3,1	4,4
Material Elétrico	3,8	5,0	3,5	4,9	5,9	7,6
Peças e Outros Veículos	3,0	9,8	5,9	6,2	4,5	12,1
Borracha	5,1	6,2	5,2	6,7	11,3	18,8
Metalurgia de Não-Ferrosos	7,5	9,0	8,9	12,9	13,2	19,7
Químicos Diversos	5,1	4,8	5,8	8,2	10,7	13,5
Equipamentos Eletrônicos	20,4	33,9	27,8	44,3	62,1	77,6
Total	6,51	9,21	6,87	9,57	11,97	17,69

Fonte: BNDES

Tabela 4						
Coeficiente de Penetração das Exportações: Exportação/ Produção 1990/1995 (em %)						
Setores	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Calçados	24,7	42,3	31,9	36,3	31,8	30,5
Madeira	23,9	35,4	28,9	40,4	47,4	48,8
Produtos Alimentares	4,4	5,1	4,7	6,0	5,1	4,5
Elementos Químicos	8,9	9,0	6,4	7,0	6,2	9,1
Outros Metalúrgicos	5,3	8,5	6,3	8,0	6,8	5,9
Têxtil	7,1	13,6	15,3	23,2	15,4	16,0
Celulose, Papel e Gráfica	33,1	34,4	31,2	40,6	29,0	38,1
Máquinas e Equipamentos	8,4	14,9	13,2	18,9	20,4	19,7
Artigos Plásticos	0,9	1,3	1,8	2,1	2,4	2,0
Farmacêutica e Veterinária	1,8	2,5	2,0	1,8	1,7	1,8
Automóveis/ Caminhões/ Ônibus	6,3	8,3	10,8	9,4	9,3	6,2
Siderurgia	17,7	24,8	30,7	36,7	32,4	32,0
Material Elétrico	9,2	15,6	12,7	13,2	11,4	10,3
Peças e Outros Veículos	18,1	36,4	26,8	21,4	23,0	33,7
Borracha	7,4	10,6	12,0	13,3	15,6	16,2
Metalurgia de Não-Ferrosos	24,2	30,4	32,5	40,3	36,9	39,2
Químicos Diversos	3,5	3,9	4,6	6,2	7,3	8,6
Equipamentos Eletrônicos	4,9	9,8	7,3	7,6	7,9	7,3

Fonte: BNDES

3.2 Implicações sobre o mercado de trabalho

O diferencial de crescimento entre os coeficientes de importação e exportação foi responsável pela deterioração da Balança Comercial brasileira no período em questão. Nota-se, portanto, que a abertura comercial prejudicou a produção interna dos setores industriais com maior demanda de mão-de-obra, contribuindo, desta forma, com a redução do nível de emprego na indústria como um todo.

Uma forma de comprovar a redução do nível de emprego na indústria é através do cálculo dos coeficientes de emprego direto setoriais. Tomando como base os dados da Pnad (do IBGE) e do Caged (do Ministério do Trabalho*), Najberg e Vieira desenvolveram as variações dos coeficientes direto de emprego no período 1990/1995. Os resultados obtidos podem ser observados na Tabela 5.

O que se observa é uma variação negativa na variação do coeficiente de emprego direto em praticamente todos os setores estudados. Os resultados mais expressivos são observados na indústria de produtos alimentares, automóveis em geral, material elétrico e eletrônico. O setor de calçados constitui a única exceção do estudo em questão, apresentando variação positiva no coeficiente de emprego direto.

Através dos dados apresentados comprova-se a esperada redução do emprego na indústria brasileira na primeira metade desta década. Muitos fatores contribuíram com este aspecto, entre eles o aumento da produtividade. No entanto, a abertura comercial se revelou um dos principais elementos causadores da deterioração do mercado de trabalho. O aumento das importações frente as exportações inibiu a produção interna industrial, prejudicando a demanda por emprego.

Tabela 5	
Variação do Coeficiente de Emprego Direto – Pnad/ Caged	
Setores	Variação 1995/90 (%)
Calçados	14
Madeira	-19
Produtos Alimentares	-37
Elementos Químicos	-10
Outros Metalúrgicos	-20
Têxtil	-12
Celulose, Papel e Gráfica	-19
Máquinas e Equipamentos	-18
Artigos Plásticos	-16
Farmacêutica e Veterinária	-21
Automóveis/ Caminhões/ Ônibus	-38
Siderurgia	-20
Material Elétrico	-39
Peças e Outros Veículos	-38
Borracha	-22
Metalurgia de Não-Ferrosos	-20
Químicos Diversos	-10
Equipamentos Eletrônicos	-39

Fonte: BNDES

Conclusões

A análise dos determinantes do comércio internacional está na origem da economia internacional, uma das disciplinas mais consolidadas nas ciências econômicas. Além do exame das causas do comércio internacional, os economistas têm se preocupado em analisar os efeitos que este proporciona no bem estar da sociedade.

No capítulo 1 discutimos os fundamentos da teoria do comércio internacional, tendo como referência o contexto histórico que influenciou a elaboração das teorias de comércio e desenvolvimento. A discussão parte da teoria das vantagens comparativas de Adam Smith e da teoria da vantagem comparativa de David Ricardo. Nota-se que desde a origem do comércio internacional, com o desenvolvimento do mercantilismo, até praticamente a metade deste século, as discussões acerca do comércio externo baseavam-se nos modelos das economias desenvolvidas. Só à partir da Segunda Guerra Mundial emerge uma importante corrente, denominada economistas do desenvolvimento, que vão elaborar uma teoria que trata das especificidades das economias menos desenvolvidas. Neste contexto, esta nova corrente introduz elementos que ajudam a entender melhor a problemática dos países subdesenvolvidos, bem como elaboram mecanismos mais eficientes de superação ao subdesenvolvimento.

Ainda no primeiro capítulo discutimos os desenvolvimentos teóricos mais recentes. Analisamos os argumentos neo liberais recentes, os quais defendem o intenso processo de liberalização comercial, identificando suas falhas e questionando as bases de sua teórica.

Já no capítulo 2 começamos uma discussão específica sobre o processo de abertura comercial ocorrida no Brasil. Vimos que a preocupação com o nível e a composição setorial da produção nacional de manufaturados foi uma constante da política industrial e de comércio exterior brasileira do pós-guerra até 1990. Nesse período essa política esteve de maneira mais ou menos explícita orientada

pelo objetivo de ampliar e diversificar a capacidade produtiva local, através da restrição das importações, da adoção de taxas de câmbio diferenciadas, da concessão de créditos subsidiados e de isenções fiscais, criando condições favoráveis de rentabilidade em setores selecionados.

Somente no governo Fernando Collor de Mello uma profunda e abrangente reforma no regime comercial brasileiro foi implementada, direcionando a política econômica claramente para uma liberalização do comércio internacional e uma redução do intervencionismo do Estado. Essa nova orientação admitia, implicitamente, que o nível e a composição da produção nacional de manufaturados seriam determinados pelo mercado, em função das condições de inserção internacional do país.

Dessa forma, o processo de redução tarifária, somado a implementação do Plano Real, teria levado a sobrevalorização da moeda nacional. O objetivo da política adotada ao ampliar o processo de abertura era aumentar a eficiência da produção nacional. O argumento neoliberal baseava-se na idéia de que a exposição da indústria brasileira ao mercado internacional forçaria os empresários a concentrarem esforços para incrementar a produtividade. Por outro lado, o aumento da produtividade se traduziria em aumento de salários e redução de custos e de preços, gerando ganhos para a sociedade como um todo.

No entanto, o processo de abertura comercial baseada na sobrevalorização do câmbio não foi capaz de gerar resultados tão positivos como esperado. Ao contrário disso, este processo acabou criando um ambiente extremamente desfavorável as empresas locais à medida que barateou as importações. Assim, observou-se ao longo da década de 1990 uma invasão de produtos importados e uma queda acentuada das exportações, levando a uma sucessão de déficits comerciais e, conseqüentemente, deterioração do Balanço de Pagamentos. O resultado deste processo foi uma redução no nível de valor agregado da indústria manufatureira.

Outro fator que prejudicou tremendamente a indústria nacional foi a política de juros altos, adotada em praticamente toda a década de 1990. O

governo procurou compensar os déficits comerciais através da conta de capitais, buscando atrair capital externo através de juros elevados. No entanto, este capital atraído se caracterizava pela volatilidade, envolvendo riscos especulativos.

Além disso, a política de juros altos se justificava pela necessidade de estabilização da economia. A criação de um ambiente recessivo, somado a concorrência dos produtos importados, forçaria os preços internos para baixo.

No entanto, a combinação da sobrevalorização da taxa de câmbio com juros elevados, no ambiente de abertura comercial, acabou gerando um processo recessivo muito grande, resultando na queda do nível de atividade da economia. A drástica redução do valor agregado da indústria manufatureira gerou impactos extremamente negativos do ponto de vista social, principalmente relacionados ao mercado de trabalho. Observou-se no período uma queda acentuada no coeficiente de emprego direto em praticamente todos os setores da indústria, como observado no capítulo 3.

Este trabalho nos permite concluir que as expectativas otimistas com relação ao processo de abertura econômica comercial estão longe de serem concretizadas.

Os moldes pelos quais foram introduzidos o processo de liberalização comercial se mostraram extremamente ineficazes do ponto de vista do bem estar da sociedade. Neste sentido diversos fatores podem ser questionados, entre eles a velocidade com que se deu o processo de liberalização comercial. Com relação a este aspecto, pode-se dizer que o processo de abertura comercial ocorreu num espaço de tempo insuficiente para permitir a preparação da indústria nacional na inserção do comércio internacional, caracterizada até então por apresentar custos elevados e produção arcaica frente a concorrência externa.

Outro ponto irregular no modelo de abertura adotado refere-se ao contexto macroeconômico. Neste sentido, a abertura comercial deveria ter sido acompanhada pela estabilidade econômica, bem como por uma desvalorização cambial adequada, ou seja, deveria ocorrer de forma gradualista e com uma taxa de câmbio estimulante às exportações. Essa combinação criaria condições mais

favoráveis para a inserção do país na concorrência internacional. No entanto, o processo de abertura precedeu os planos de estabilidade e a desvalorização cambial não ocorreu de forma devida, o que gerou um viés anti-exportador na economia.

Conclui-se, portanto, que o modelo de liberalização comercial adotado, sem um planejamento estratégico e eficiente nos âmbitos da política comercial, industrial e social, impediu o sucesso do país no processo inserção internacional.

Desta forma, a abertura comercial realizada nestes moldes – baseada na sobrevalorização do câmbio e juros altos –, ao invés de viabilizar uma política de incentivo sistêmico à busca de competitividade, tendeu a agravar a heterogeneidade e a desigualdade de oportunidades de desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

Folha de São Paulo, vários exemplares.

Gonçalves, R.; Baumann, R.; Prado, L. C. D; e Canuto, O., “A Nova Economia Internacional – Uma perspectiva brasileira”.

Moreira, M. M. e Correa, P. G., “Abertura Comercial e Indústria: o que se pode esperar e o que e vem obtendo”. BNDES, 1996 (Texto para Discussão 49).

Moreira, M. M. e Najberg, S., “Abertura comercial: criando ou exportando empregos?”. BNDES, 1997 (Texto para discussão 59).

Najberg, S. e Vieira, S. P., “Modelos de Geração de Empego Aplicados à Economia Brasileira – 1985/95”. BNDES, 1996 (Texto para Discussão , 39).

Nurkse, R. “Contrasting Trends in Nineteenth and Twentieth Century World Trade”. Cambridge, 1962.

Prebisch, R., “The economic development of Latin America and its principal problems”. United Nations, Economic Commissions for Latin America, 1949.

Singer, H. W., “The distribution of gains between investing and borrowing counties”. American Economic Review, 1950.